Divulgação de Resultados

3T23

taesa

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2023

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: Clique aqui

9 de novembro de 2023
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 9h00

Andre Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente Executivo de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 5
2. RESUMO DO RESULTADO 8
3. VISÃO GERAL 10
3.1. Estrutura Societária 10
3.2. Estrutura Societária TBE 13
3.3. Estrutura Societária AIE 13
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 14
4.1. Desempenho Operacional 14
4.2. Ciclo da RAP 2023-2024 15
4.3. Queda de 50% da RAP 16
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) 18
4.5. Receita Líquida IFRS 20
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS 22
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS 23
4.8. Receita Líquida Regulatória 24
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios 25
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório 26
4.11. Composição do EBITDA Regulatório 26
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS 27
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória 27
4.14. Resultado Financeiro Líquido 28
4.15. Impostos 29
4.16. Lucro Líquido 32
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio 34
4.18. Endividamento 35
4.19. Investimentos 37
4.20. Projetos em Construção 37
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG) 40
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42
5.1. Receita IFRS por Concessão 42
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS) 43
5.3. DRE 3T23 44
5.4. DRE 9M23 45
5.5. DRE IFRS 3T23 (Subsidiárias) 46
5.6. DRE IFRS 9M23 (Subsidiárias) 47
5.7. DRE Regulatório 3T23 (Subsidiárias) 48
5.8. DRE Regulatório 9M23 (Subsidiárias) 49
5.9. Reconciliação do EBITDA 50
5.10. Balanço Patrimonial 51
5.11. Fluxo de Caixa IFRS 52
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório 53

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CRESCIMENTO CONSTANTE E MAIS UM NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS

A Taesa registrou mais um resultado trimestral com crescimento de geração de caixa operacional, sustentado pelos empreendimentos concluídos recentemente, trazendo novas receitas, com uma operação bastante eficiente e margens EBITDA elevadas.

A receita operacional líquida regulatória da Companhia, na visão de consolidação proporcional, apresentou um crescimento de 6,0% na comparação com o terceiro trimestre de 2022, totalizando R$ 831,7 MM. No acumulado do ano, a receita líquida regulatória registrou R$ 2.518,0 MM, 17,8% maior que o mesmo período de 2022. Já o EBITDA regulatório da Companhia totalizou R$ 705,9 MM no 3T23 e R$ 2.181,4 no 9M23, também na visão proporcional, com um crescimento anual de 3,9% e 18,5%, respectivamente. Assim, a margem EBITDA registrou 84,9% no trimestre e 86,6% no acumulado de 2023.

O aumento anual da receita líquida e do EBITDA se deve basicamente ao início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa, a partir de 31 de março de 2023 e da entrada em operação dos empreendimentos em construção Aimorés, Paraguaçu, Sant'Ana e Ivaí, que, além do reajuste inflacionário pelo IPCA (contratos de categoria 3) no novo ciclo da RAP 2023-2024 de +3,9%, foram cruciais para compensar a queda das receitas dos contratos de categoria 2 pela deflação registrada no IGP-M de 4,5% no mesmo ciclo e a redução remanescente de 50% da RAP das concessões ATE III, STC e Lumitrans. Mesmo mantendo uma geração operacional de caixa bastante robusta, a Companhia tem intensificado suas ações de eficiência e controle de custos para suavizar o impacto do IGP-M neste ciclo da RAP 2023-2024.

A Taesa encerrou os primeiros nove meses do ano com uma posição de caixa de R$ 2 bilhões e dívida líquida de R$ 10,4 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, em linha com o nível reportado no trimestre anterior e doze meses atrás. Esse nível é compatível a uma empresa de transmissão em crescimento e essa estabilidade demonstra a robustez da nossa geração de caixa, em um ano com investimentos de R$ 1,5 bilhão realizados nos empreendimentos e R$ 800 MM pagos em proventos até o momento.

Como parte do nosso contínuo foco em eficiência financeira, concluímos mais uma bem-sucedida emissão de debêntures, a 14ª da Taesa, no valor de R$ 800 MM para o público em geral que apresentou uma demanda de mais de R$ 1 bilhão. Ela se enquadrou na lei 12.431 de debêntures de infraestrutura e contou com a certificação de selo verde, um diferencial cada vez mais importante para captações. Foram 3 séries de 10, 12 e 15 anos, com prêmios sobre o IPCA muito eficientes, sendo que a 1ª e a 2ª apresentaram um dos melhores prêmios entre as emissões do mercado até aquele momento. Além disso, os spreads *sobre a NTN-Bs de referência foram muito bons, ficando entre 41 e 70 bps, apresentando também os menores prêmios comparativamente a outras emissões no mercado.*

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas em 99,9%, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de seus ativos de transmissão.

A Taesa segue dedicada à execução e entrega dos seus novos empreendimentos em construção Ananaí, Pitiguari, Sairá, Tangará e os novos reforços da Novatrans, que juntos adicionarão quase R$

400 MM de RAP quando entrarem em operação. Finalizamos um ciclo de investimentos em 2022 e agora em 2023 um novo ciclo se inicia com estes projetos. Nos primeiros nove meses deste ano, a Companhia investiu R$ 1,5 bilhão, incluindo a indenização de R$ 870,6 MM paga pelo arremate da parte operacional da concessão Saíra.

Vale destacar que, desde que tivemos sucessos nos leilões, arrematamos mais de 10 lotes e adicionamos mais de R$ 1 bilhão em termos de RAP operacional para a Taesa, um volume expressivo que comprova o nosso empenho e competitividade nos leilões e entrega dos empreendimentos, sempre com um olhar diligente na geração de valor de cada projeto.

Dentro do pilar de Sustentabilidade, continuamos trabalhando no desdobramento da matriz de materialidade realizada no início do ano passado envolvendo todos os stakeholders, e que a partir dela definimos 6 tópicos materiais que iremos concentrar as ações nos próximos anos, pensando na sustentabilidade e perenidade do nosso negócio. Nós correlacionamos estes tópicos materiais com cinco ODSs prioritários definidos pela Companhia.

Em agosto de 2023, a Companhia inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil. O novo centro possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

Por fim, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de proventos no montante de R$ 204,6 MM (R$ 0,59 / Unit), sendo R$ 200,5 MM a título de juros sobre capital próprio (JCP) e R$ 4,1 MM a título de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras intermediarias de 30 de junho de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 15 de dezembro de 2023, a partir da data base de 13 de novembro de 2023.

Continuamos trabalhando com muito empenho e dedicação, alinhados a nossa missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável, e reforçamos nosso foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando seu compromisso com a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.

VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.

VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós**!

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Receita Líquida Reg.	606,5	583,9	3,9%	1.837,7	1.670,1	10,0%
EBITDA Reg.	501,7	498,1	0,7%	1.558,5	1.417,4	10,0%
Margem EBITDA Reg.	82,7%	85,3%	-2,6 pp	84,8%	84,9%	-0,1 pp
Lucro Líquido Reg.	330,2	373,7	-11,6%	792,0	661,6	19,7%
Receita Líquida IFRS	686,5	463,8	48,0%	2.058,0	2.107,2	-2,3%
Lucro Líquido IFRS	278,9	302,5	-7,8%	886,1	1.426,4	-37,9%
Dívida Líquida	8.474,7	6.925,3	22,4%	8.474,7	6.925,3	22,4%
Dividendos e JCP Pagos	339,5	506,7	-33,0%	799,5	1.307,0	-38,8%

Consolidado e Participações						
R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Receita Líquida Reg.	831,7	784,4	6,0%	2.518,0	2.137,1	17,8%
EBITDA Reg.	705,9	679,3	3,9%	2.181,4	1.840,3	18,5%
Margem EBITDA Reg.	84,9%	86,6%	-1,7 pp	86,6%	86,1%	0,5 pp
Lucro Líquido Reg.	330,2	373,7	-11,6%	792,0	661,6	19,7%
Receita Líquida IFRS	756,3	752,3	0,5%	2.751,8	3.305,0	-16,7%
Lucro Líquido IFRS	278,9	302,5	-7,8%	886,1	1.426,4	-37,9%
Dívida Líquida	10.400,3	8.904,7	16,8%	10.400,3	8.904,7	16,8%
Dívida Líquida/EBITDA	3,7	3,7	0,0 pp	3,7	3,7	0,0 pp

RESULTADO REGULATÓRIO

- A Companhia registrou um crescimento de quase 20% no lucro líquido do acumulado do ano, saltando de R$ 661,6 milhões nos primeiros nove meses de 2022 para R$ 792,0 milhões no mesmo período de 2023. A receita líquida e o EBITDA subiram 10% no mesmo período, chegando a R$ 1,8 bilhão e R$ 1,6 bilhão, respectivamente, nos primeiros nove meses deste ano.
- No 3T23, a receita líquida totalizou R$ 606,5 MM, registrando um crescimento de 3,9% em relação ao mesmo período de 2022, explicado principalmente pelo início da operação de Saíra (1ª fase), entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~94% da RAP total habilitada) e pelo reajuste inflacionário pelo IPCA do ciclo da RAP 2023-2024, efeitos compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo das concessões de categoria 2, maior Parcela Variável e queda da RAP da ATE III.
- O EBITDA totalizou R$ 501,7 MM no 3T23, apresentando um aumento anual de 0,7%. A margem EBITDA ficou em 82,7% no trimestre (-2,6pp contra 3T22) em função principalmente do reajuste negativo pelo IGP-M nas receitas dos contratos de concessão de categoria 2.
- Crescimento anual de 26,3% na equivalência patrimonial, explicado pela entrada em operação de Ivaí (~99,5% da RAP total habilitada) e Paraguaçu e pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2023-2024 para as concessões de categoria 3, compensados em parte por maiores despesas financeiras na concessão de Ivaí, deflação do IGP-M e queda da RAP das concessões STC e Lumitrans.
- Aumento de 112,9% nas despesas financeiras líquidas, resultado basicamente do aumento do volume médio da dívida e do maior IPCA observado entre os períodos comparados.
- Lucro líquido registrou uma queda de 11,6% na comparação entre o 3T23 e 3T22, totalizando R$ 330,2 MM neste trimestre.

- Em 30 de setembro de 2023, a dívida bruta da Companhia totalizava R$ 10,2 bilhões, um aumento de 6,5% contra o trimestre imediatamente anterior. O caixa da Companhia ficou em R$ 1,7 bilhão (aumento de 26,3% versus 2T23), resultando em uma dívida líquida de R$ 8,5 bilhões (aumento de 3,3% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,7x (em linha com o 2T23).
- No aspecto operacional, o índice de disponibilidade foi de 99,9% e a Parcela Variável (PV) contábil ficou revertida em -R$ 661 mil, ambos no 9M23.

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R$ 278,9 MM no 3T23, registrando uma queda de 7,8% quando comparado ao mesmo período de 2022, devido principalmente a:
  - (i) Menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, mais especificamente o IGP-M que registrou deflação acumulada no trimestre (IGP-M: -2,77% 3T23 versus +0,10% 3T22), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual das concessões de categoria 2 da Companhia.
  - (ii) Aumento de R$ 14,2 MM na Parcela Variável, entre 3T23 e 3T22, em função de cobrança por indeferimento de pedido de caso fortuito referente à queda de cabos na concessão ETEO ocorrida em 2021, e outros eventos de maior porte ocorridos no 3T23 nas concessões Novatrans e Sant'Ana.
  - (iii) Redução de 79,1% na linha de equivalência patrimonial explicada principalmente pelos menores investimentos em função da entrada em operação de alguns projetos, redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M e maiores despesas financeiras em Ivaí.
  - (iv) Aumento de 112,9% na despesa financeira líquida decorrente principalmente do aumento do volume médio da dívida e do maior IPCA registrado entre os períodos comparados.
- Estes efeitos foram compensados por:
  - a. Aumento anual na margem de implementação de infraestrutura em função dos investimentos em Ananaí, Tangará e Pitiguari, além da entrega de novas fases de Sant'Ana e dos reforços relevantes na Novatrans.
  - b. Aumento na receita de remuneração do ativo contratual como resultado da entrada em operação dos empreendimentos Saíra e novas fases de Sant'Ana, além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses, mais especificamente o IPCA.
- O Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R$ 204,6 MM (R$ 0,59 / Unit), sendo R$ 200,5 MM (R$ 0,58 / Unit) a título de JCP e R$ 4,1 MM (R$ 0,01 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 30 de junho de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 15 de dezembro de 2023, a partir da data-base de 13 de novembro de 2023.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 14 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

Atualmente, a Companhia possui 7 empreendimentos de grande porte em construção (Sant'Ana, Ivaí, Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra e reforços da Novatrans).

Histórico de entregas recentes:

Entre agosto e setembro de 2023, o empreendimento da concessão Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí") obteve a Licença Prévia para os trechos da LT 525kV Bateias – Curitiba Leste (C1/C2) e da LT 500kV Ponta Grossa – Assis (C1/C2), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias, SE Curitiba Leste, SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas. Ananaí é um empreendimento referente ao lote 1 do leilão de transmissão nº 02/2021, realizado em dezembro de 2021, 100% controlada pela Taesa. Ananaí apresenta uma RAP total de R$ 166,2 MM para o ciclo 2023-2024 e um Capex ANEEL de R$ 1.750 MM. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná, com extensão aproximadamente de 363 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Ananaí é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 1º de setembro de 2023, o empreendimento da concessão Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari") obteve a Licença Prévia para os trechos LT Abdon Batista – Videira (C1/C2) e LT Abdon Batista – Barra Grande (C3), incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira a serem interligadas. Pitiguari é um empreendimento do lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, realizado em junho de 2022, 100% controlado pela Taesa. Pitiguari apresenta uma RAP total de R$ 21,4 milhões para o ciclo 2023-2024 e um Capex ANEEL de R$ 243,2 MM. O empreendimento está localizado no Estado de Santa Catarina, com extensão aproximada de 92,7 km de linhas de transmissão, sendo 66,7 km de circuito duplo. O prazo estipulado pela ANEEL para energização de Pitiguari é março de 2027. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em agosto de 2023, a Companhia inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

Em agosto de 2023, o empreendimento de Sant'Ana obteve junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") a emissão dos Termos de Liberação ("TLs") para o Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2. Em 30 de maio de 2023, Sant'Ana obteve junto ao ONS a emissão dos TLs para as instalações LT Livramento 3 – Santa Maria 3, SE Santa Maria e Compensador Síncrono da SE Livramento 3. Os TLs foram emitidos de forma retroativa às datas de energização das instalações ocorridas em 2 e 18 de maio respectivamente, e garantindo assim, o recebimento de cerca de 36% da RAP do empreendimento para a Companhia. Em 7 de dezembro de 2022, Sant'Ana obteve o TL para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 e passou a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os TLs para as linhas de transmissão LT

Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Com essas entregas parciais, Sant'Ana passou a ter direito a aproximadamente R$ 74 MM de RAP (ciclo 2023-2024) antes do prazo previsto de conclusão pela ANEEL de julho de 2023, ou seja, em torno de 94% da sua RAP total. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant'Ana apresenta uma RAP total de R$ 80,8 MM para o ciclo 2023-2024. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

O empreendimento de Ivaí obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") pela ONS para as seguintes instalações: (i) em agosto de 2023, o Módulo Geral 525 kV SE Sarandi, Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi; (ii) em maio de 2023, a LT 525 kV Foz do Iguaçu-Guaíra (circuito duplo), os Módulos Gerais 525 kV da SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Reatores 525 kV, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra; (iii) em abril de 2023, o Banco de Capacitores 138kV – 30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, os Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, as entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo); (iv) em janeiro de 2023, os Reatores 525 kV Guaíra – Sarandi, (v) em de dezembro de 2022, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo); e (vi) em novembro de 2022, a LT 525 kV Sarandi-Londrina C1 e o Modulo Geral 525 kV Londrina. O empreendimento obteve os termos de liberação provisórios dos trechos acima e também dos trechos LT 525 kV Sarandi-Londrina C2, o que garantiu uma RAP de 90% de cada trecho em datas anteriores as datas acima. Com essas entregas parciais, Ivaí passou a receber aproximadamente 99,5% da RAP total do projeto. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R$ 414,2 MM para o ciclo 2023-2024, e está localizada no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230kV e 525kV, interligando a 5 subestações.

Em 30 de março de 2023, a Taesa assinou os contratos de concessão dos lotes 3 e 5 referentes ao Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022. O lote 5 é chamado de Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Saíra") e fica situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensão já construída de 743 km de linha e três subestações, sendo a SE Garabi uma conversora denominada de *back-to-back* que possibilita a exportação e importação de energia elétrica para Argentina. O empreendimento tem um investimento previsto de R$ 1.176 milhões (Capex ANEEL), e uma RAP de R$ 174,4 MM (ciclo 2023-2024) já adicionada de PIS/COFINS. Como parte do valor do investimento, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R$ 870,6 MM à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção, garantindo assim, a partir de 31 de março, a contabilização de 72,2% da sua RAP total. Uma vez concluídas as obras de revitalização, cujo prazo regulatório para conclusão é de 60 meses, serão acrescentados os 27,8% remanescentes da sua RAP total para a Companhia. O lote 3 é chamado de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") e fica situado nos Estados do Maranhão e Pará, com 279 km de extensão sendo 72 km de circuito duplo. Tangará tem um investimento previsto de R$ 1.117 milhões (Capex ANEEL) com prazo regulatório de conclusão da obra de 60 meses e acrescentará uma RAP de R$ 104,7 MM (ciclo 2023-2024), a partir da sua entrada em operação.

Em 4 e 25 de outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e acrescentarão para a Companhia uma RAP de R$ 45,0 MM a partir da sua energização.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R$ 81,7 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R$ 163,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R$ 54,8 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R$ 109,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R$ 77,4 MM (ciclo 2023-2024). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R$ 154,9 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.

[1] ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

3.2. Estrutura Societária TBE

3.3. Estrutura Societária AIE

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a Taesa apresentou, nos primeiros nove meses de 2023, um índice disponibilidade de 99,86%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

$$\sum \frac{(Extensão\ da\ linha\ x\ horas\ disponiveis)/100}{(Extensão\ da\ linha\ x\ 8.670\ horas)/100}\ x\ 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo

A PV contabilizada no 9M23 resultou em uma reversão de R$ 661 mil, equivalente a 0,03% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes: (i) ATE: reversão de provisão contabilizada no 2T23, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia; (ii) Novatrans: reversão parcial de provisão pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia; (iii) ETEO: cobrança neste trimestre após julgamento indeferindo pedido de evento externo e alheio à Companhia, referente a queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré em setembro de 2021, causado por serragem intencional da manilha de suporte dos isoladores, cuja provisão no 4T21 havia sido revertida no 1T22; (iv) Sant'Ana: cobrança neste trimestre por atraso no comissionamento e testes de proteção das novas LTs de Maçambará; e (v) Novatrans: provisões para substituições das células capacitivas defeituosas da SE Serra da Mesa e de capacitores da SE Gurupi.

4.2. Ciclo da RAP 2023-2024

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.216/2023 ("REH 3.216") que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2023-2024, passando a valer a partir de 1º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T23. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -4,47% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,94%.

RAP (R$ MM)	Ciclo 2021-2022	Ciclo 2022-2023	Ciclo 2023-2024
Ajuste IGP-M	**37,0%**	**10,7%**	**-4,5%**
Novatrans [2]	483,3	535,4	550,5
TSN [2]	454,6	506,2	494,7
Munirah	29,9	33,1	31,6
GTESA	8,1	8,9	8,5
PATESA [2]	23,9	26,7	26,4
ETAU [1]	39,1	43,2	41,3
ETEO	144,4	159,9	152,7
NTE	126,1	139,9	133,6
STE	69,5	77,2	73,6
ATE I	122,1	135,3	129,2
ATE II	273,6	211,8	202,3
EATE [1]	179,0	198,3	189,4
ETEP [1]	40,3	44,6	42,6
ENTE [1]	92,2	102,1	97,5
ECTE [1]	14,9	16,5	15,7
ERTE [1]	21,0	23,2	22,2
Lumitrans [1]	17,4	12,1	9,2
Transleste [1]	18,0	20,0	19,1
Transirapé [1]	29,4	23,5	23,0
Transudeste [1]	18,4	12,4	11,8
Subtotal	**2.205,1**	**2.330,3**	**2.275,2**
Ajuste IPC-A	**8,1%**	**11,7%**	**3,9%**
ATE III [24]	152,3	158,9	95,0
São Gotardo	6,2	6,9	7,2
Mariana	18,4	20,6	21,4
Miracema	77,4	86,4	89,8
Janaúba	235,4	257,6	267,7
Aimorés [1]	48,1	52,7	54,8
Paraguaçu [1]	71,9	78,6	81,7
Brasnorte	33,9	37,8	39,2
STC [14]	21,7	18,0	15,1
EBTE [1]	44,5	48,5	51,7
ESDE [1]	8,1	9,1	9,4
ETSE [1]	5,0	6,5	6,8
ESTE [1]	68,1	74,5	77,4
Ivaí [13]	178,3	199,2	207,1
EDTE [1]	41,9	46,1	47,9
Sant'Ana [3]	69,6	77,8	80,8
São João	55,9	62,4	64,9
São Pedro	60,1	67,2	75,6
Lagoa Nova	14,4	16,1	16,7
Ananaí [3]	143,1	159,9	166,2
Pitiguari [3]		19,5	21,4
Tangará (Lote 3) [35]		100,7	104,7
Saíra (Lote 5) [35]		167,7	174,4
Subtotal	**1.354,6**	**1.772,7**	**1.777,0**
Total	**3.559,7**	**4.103,0**	**4.052,2**

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

[1] Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

[2] Incluindo os reforços

[3] Em Construção

[4] Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

[5] Contratos das concessões assinados em 30/03/2023

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total[1] (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2023-2024 é de R$ 4,1 bilhões, sendo 44,5% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2023-2024 ficou em R$ 3,7 bilhões, contra R$ 3,5 bilhões para o ciclo 2022-2023, considerando as entradas de novas fases de Sant'Ana, as entradas parciais de Ivaí e a conclusão de Paraguaçu.

O reajuste da RAP para o ciclo 2023-2024 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE III**, **Lumitrans** e **STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **Novatrans**, **TSN** e **São Pedro** possuem reforços autorizados; e (iii) **PATESA** recebeu adicional de RAP de O&M devido a seccionamento de linha. Vale ressaltar que os valores apresentados pela REH 3.216 podem sofrer alteração após análise e apresentação de recurso a ANEEL pela Companhia.

Os valores publicados de RAP pela REH 3.216 das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) consideram a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada foi reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação[1]:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE**[3]: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP**[3]: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE**[3]: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN**[3]: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE**[3]: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA**[3]: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE**[3]: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU**[3]: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé**[3]: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans**[3]: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC**[3]: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III**[3]: 54,4% da RAP da ATE III entrou no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Portanto, a RAP da Taesa não terá nos próximos ciclos outros impactos de redução de 50% de RAP que não tenham sido reconhecidos até o final do ciclo 2023-2024.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15 a partir de 2018, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Ou seja, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa de retorno do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.

(ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

(iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

(iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

(v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

(vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R$ 94.232.513,75 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, sendo constituído por uma reserva de R$ 207.632.058,20 e uma realização de R$ 113.399.544,45 referente ao pagamento de dividendos intermediários em dezembro de 2022.

É importante ressaltar que para os exercícios sociais de 2021, 2022 e primeiro nove meses de 2023 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que indica que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R$ 1.719.030.923,76, sendo R$ 1.698.618.543,59 contabilizados como Reserva Especial e R$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de setembro de 2023, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R$ 141.492.160,95, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T23 foi de R$ 686,5 MM, 48,0% maior que o 3T22, em função principalmente dos investimentos realizados em Ananaí, Tangará, Sant'Ana (nova fases) e reforços da Novatrans e da redução do efeito negativo na receita de correção monetária motivada pela recuperação do IPCA que compensou em parte a deflação do IGP-M no período.

A Receita Líquida IFRS do 9M23 foi de R$ 2.058,0 MM, 2,3% menor que o registrado no 9M22.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2023 foram: IGP-M de -1,93%, -0,72% e -0,14% (acumulado -2,77%), e IPCA de -0,08%, +0,12% e +0,23% (acumulado +0,27%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2023, respectivamente. No terceiro trimestre de 2022, o IGP-M foi de +0,59%, +0,21% e -0,70% (acumulado +0,10%), e IPCA de +0,67%, -0,68% e -0,36% (acumulado -0,37%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2022, respectivamente.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Operação e manutenção	267,1	266,0	0,4%	810,0	745,7	8,6%
Remuneração do ativo contratual de concessão	288,9	269,4	7,2%	845,0	787,5	7,3%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(56,3)	(81,3)	-30,8%	51,3	598,3	-91,4%
Implementação de infraestrutura	231,2	51,5	348,6%	491,3	147,5	233,0%
Total Receitas IFRS	**730,9**	**505,7**	**44,5%**	**2.197,7**	**2.279,1**	**-3,6%**
Parcela variável	(16,8)	(2,6)	539,7%	0,7	(30,3)	n/a
Outras receitas operacionais	35,7	7,3	386,0%	52,5	37,2	41,1%
Receita operacional bruta	**749,8**	**510,4**	**46,9%**	**2.250,9**	**2.286,0**	**-1,5%**
PIS e COFINS	(36,0)	(21,9)	64,0%	(116,6)	(115,1)	1,3%
ISS	(0,1)	(0,1)	0,0%	(0,3)	(0,3)	7,2%
ICMS	(0,1)	-	n/a	(0,1)	(0,0)	531,5%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(27,2)	(24,6)	10,6%	(75,8)	(63,4)	19,7%
Deduções da receita operacional bruta	**(63,3)**	**(46,6)**	**35,9%**	**(192,9)**	**(178,8)**	**7,9%**
Receita operacional líquida	**686,5**	**463,8**	**48,0%**	**2.058,0**	**2.107,2**	**-2,3%**

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O ligeiro aumento anual de 0,4% da receita de O&M se deve ao início da operação de Saíra sob gestão da Taesa e das novas fases de Sant'Ana e ao reajuste inflacionário de +3,94% (IPCA) do ciclo 2023-2024 para as concessões de categoria 3, compensado pelo reajuste de -4,47% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, conforme Resolução Homologatória nº 3.216/2023.

- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O aumento de 7,2% na comparação anual se deve principalmente ao início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, imediatamente após a assinatura do contrato de concessão, e a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~94% da RAP total habilitada), além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses, mais especificamente pelo IPCA, que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação, a receita de correção monetária apresentou uma melhora na comparação anual de R$ 25,0 MM em razão da recuperação do IPCA registrado entre os períodos comparados (+0,27% no acumulado do 3T23 versus -0,37% no 3T22), além do início da operação de Saíra e das novas fases de Sant'Ana, compensados em parte pela deflação registrada no IGP-M (deflação acumulada de -2,77% no 3T23 versus uma inflação de +0,10% no 3T22).

- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O aumento anual de R$ 179,7 MM na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos realizados em Ananaí, Tangará e Pitiguari, além dos reforços relevantes na Novatrans e entrega de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022, maio e agosto de 2023.

- **Parcela variável (PV):** A Parcela Variável (PV) registrou um aumento de R$ 14,2 MM na comparação entre o 3T23 e o 3T22 em função de (i) ETEO: cobrança neste trimestre por indeferimento de pedido de caso externo e alheio à Companhia, referente à queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré em setembro de 2021; (ii) Novatrans: provisões para substituições das células capacitivas defeituosas da SE Serra da Mesa e de capacitores da SE Gurupi; e (iii) Sant'Ana: multa por atraso no comissionamento e testes de proteção das novas LTs de Maçambará.

- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R$ 28,3 MM nesta linha se deve principalmente a contabilização de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS no 3T23.

- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 35,9% na comparação entre 3T23 e 3T22 em função, principalmente, do PIS/COFINS diferido que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R$ 290,9 MM no 3T23, 57,1% maior quando comparado ao 3T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram nos primeiros nove meses R$ 730,8 MM, 64,3% maior quando comparado ao 9M22.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Pessoal	(63,9)	(57,3)	11,6%	(178,7)	(155,8)	14,7%
Material	(199,8)	(97,4)	105,1%	(446,5)	(185,0)	141,3%
Serviço de terceiros	(44,6)	(20,5)	117,3%	(93,3)	(64,6)	44,4%
Outros	21,3	(4,1)	n/a	0,5	(19,7)	n/a
Total	**(287,1)**	**(179,4)**	**60,0%**	**(718,0)**	**(425,2)**	**68,9%**
Depreciação e amortização	(3,8)	(5,8)	-34,7%	(12,8)	(19,7)	-35,1%
Total	**(290,9)**	**(185,2)**	**57,1%**	**(730,8)**	**(444,9)**	**64,3%**

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,6% na comparação entre o 3T23 e o 3T22 é explicado principalmente pelo (i) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, (ii) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de +3,94% baseado no índice de inflação IPCA, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana.

- **Material:** O aumento anual de R$ 102,4 MM se deve principalmente a investimentos nos empreendimentos de Ananaí (+R$ 65,3 MM), Tangará (+R$ 21,6 MM) e reforços na Novatrans (+R$ 16,7 MM), além de investimentos em Pitiguari e reforços na TSN, e aos custos de material (+R$ 8,3 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram compensadas por recebimentos na Taesa via conta garantia constituída na aquisição destas empresas. Estes efeitos foram compensados, em parte, por menores investimentos em Sant'Ana (-R$ 21,1 MM).

- **Serviços de terceiros:** O aumento de R$ 24,1 MM na comparação entre o 3T23 e o 3T22 foi influenciado principalmente por (i) custos de serviços (R$ 18,6 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram compensadas por recebimentos na Taesa via conta garantia constituída na aquisição destas empresas, conforme mencionado acima, (ii) maiores despesas com consultorias técnicas, e (iii) maiores gastos com serviços de vigilância, limpeza e conservação.

- **Outros:** A redução de R$ 25,4 MM se deve principalmente ao (i) recebimento de indenizações na Taesa via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, conforme mencionado acima, e (ii) efeito líquido positivo de revisão da margem dos empreendimentos em construção (Saíra e Sant'Ana) que é realizada de forma recorrente. Estes efeitos foram compensados em parte por maiores provisões de contingências de processos cíveis.

- **Depreciação e amortização:** A redução de 34,7% é explicada pela (i) encerramento dos contratos de locação de veículos e (ii) finalização de depreciação e amortização de softwares devido ao fim da vida útil.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 3T23, o EBITDA IFRS totalizou R$ 399,4 MM com margem EBITDA de 58,2%. O aumento de 40,4% do EBITDA IFRS na comparação com 3T22 é explicado basicamente por (i) aumento da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os maiores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, Tangará, Sant'Ana (novas fases) e reforços da Novatrans, (ii) melhora da receita de correção monetária motivada pela recuperação do IPCA e início da operação de Saíra, e (iii) aumento da receita de remuneração influenciada também pelo início operacional de Saíra e das novas fases de Sant'Ana.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Receita líquida	686,5	463,8	48,0%	2.058,0	2.107,2	-2,3%
Custos e despesas	(287,1)	(179,4)	60,0%	(718,0)	(425,2)	68,9%
EBITDA	**399,4**	**284,4**	**40,4%**	**1.340,0**	**1.682,0**	**-20,3%**
Margem EBITDA	**58,2%**	**61,3%**	**-3,1 pp**	**65,1%**	**79,8%**	**-14,7 pp**

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T23 alcançou R$ 606,5 MM, 3,9% maior que o registrado no 3T22, explicada principalmente pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa, entrada em operação de novas fases de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 3, efeitos compensados em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, maior Parcela Variável e queda da RAP da ATE III.

Receita Líquida Regulatória no 9M23 somou R$ 1.837,7 MM, apresentando um aumento anual de 10,0%.

A Receita Líquida Regulatória representa o reconhecimento das RAPs definidas nos contratos de concessão e autorizadas pela ANEEL para o ciclo atual, representando um doze avos da RAP contabilizada mensalmente no resultado. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2). Portanto, ela não é difere Receita Líquida IFRS descrita na seção 4.5.

O crescimento na linha da RAP de 6,7% entre o 3T23 e o 3T22 é explicado pelo (i) início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa e entrada em operação de novas fases do empreendimento Sant'Ana em dezembro de 2022, maio e agosto de 2023; (ii) reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2023-2024 da RAP das concessões de categoria 3; e (iii) contabilização de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pela ONS de uso do sistema por uma contraparte no 3T23. O aumento foi compensado em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo das concessões de categoria 2 e pela redução remanescente de 50% da RAP da ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) apresentou um aumento de R$ 14,2 MM na comparação entre o 3T23 e o 3T22 em função de (i) ETEO: cobrança neste trimestre por indeferimento de pedido de caso externo e alheio à Companhia, referente à queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré em setembro de 2021, (ii) Novatrans: provisões para substituições das células capacitivas defeituosas da SE Serra da Mesa e de capacitores da SE Gurupi; e (iii) Sant'Ana: multa por atraso no comissionamento e testes de proteção das novas LTs de Maçambará.

O aumento de 10,3% nas deduções da receita segue o aumento da receita operacional bruta.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
RAP Concessionárias	688,1	645,1	6,7%	2.024,8	1.865,2	8,6%
Parcela Variável	(16,8)	(2,6)	539,7%	0,7	(30,3)	n/a
Receita do Serviço	**671,3**	**642,5**	**4,5%**	**2.025,4**	**1.834,9**	**10,4%**
Outras receitas operacionais	0,3	0,5	-25,2%	0,9	0,8	10,8%
Receita operacional bruta	**671,6**	**642,9**	**4,5%**	**2.026,4**	**1.835,7**	**10,4%**
PIS e COFINS	(37,8)	(34,4)	9,8%	(112,4)	(101,9)	10,2%
ISS	(0,1)	(0,1)	0,0%	(0,3)	(0,3)	7,2%
ICMS	(0,1)	-	0,0%	(0,1)	(0,0)	531,5%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(27,2)	(24,6)	10,6%	(75,8)	(63,4)	19,7%
Total Deduções	**(65,1)**	**(59,1)**	**10,3%**	**(188,7)**	**(165,6)**	**13,9%**
Receita operacional líquida	**606,5**	**583,9**	**3,9%**	**1.837,7**	**1.670,1**	**10,0%**

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R$ 200,1 MM no 3T23, 26,2% maior quando comparado ao 3T22. Os custos de PMSO somaram R$ 104,8 MM, registrando um aumento de 22,2% quando comparado ao 3T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização nos primeiro nove meses do ano alcançaram R$ 541,3 MM, 15,4% maior na comparação anual. Os custos de PMSO no 9M23 somaram R$ 279,2 MM, registrando um aumento de 10,5%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Pessoal	(63,9)	(57,3)	11,6%	(178,7)	(155,8)	14,7%
Material	(10,6)	(1,7)	516,8%	(14,4)	(4,1)	246,5%
Serviço de terceiros	(44,6)	(20,5)	117,3%	(93,3)	(64,6)	44,4%
Outros	14,4	(6,2)	n/a	7,2	(28,1)	n/a
Total	**(104,8)**	**(85,8)**	**22,2%**	**(279,2)**	**(252,7)**	**10,5%**
Depreciação e amortização	(95,3)	(72,8)	30,9%	(262,1)	(216,3)	21,2%
Total	**(200,1)**	**(158,6)**	**26,2%**	**(541,3)**	**(468,9)**	**15,4%**

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R$ 104,8 MM no 3T23 (+22,2% versus 3T22), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,6% na comparação entre o 3T23 e o 3T22 é explicado principalmente pelo (i) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, (ii) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de +3,94% baseado no índice de inflação IPCA, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana.

- **Material:** O aumento anual de R$ 8,9 MM entre os períodos comparados se deve aos custos de material (+R$ 8,3 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram compensadas por recebimentos na Taesa via conta garantia constituída na aquisição destas empresas.

- **Serviços de Terceiros:** O aumento de R$ 24,1 MM na comparação entre o 3T23 e o 3T22 foi influenciado principalmente por (i) custos de serviços (R$ 18,6 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram compensadas por recebimentos na Taesa via conta garantia constituída na aquisição destas empresas, conforme mencionado acima, (ii) maiores despesas com consultorias técnicas, e (iii) maiores gastos com serviços de vigilância, limpeza e conservação.

- **Outros:** A redução de R$ 20,6 MM no 3T23 se deve principalmente ao (i) recebimento de indenizações na Taesa via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, conforme mencionado acima, e (ii) encerramento dos contratos de locação de veículos em março de 2023. Estes efeitos foram compensados em parte por maiores provisões de contingências de processos cíveis.

O aumento de 30,9% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 3T23 e o 3T22, refere-se basicamente ao início de operação da concessão Saíra (1ª fase) e à entrada em operação de novas fases de Sant'Ana.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T23 atingiu R$ 501,7 MM, 0,7% maior que o registrado no 3T22 e a margem EBITDA atingiu 82,7% (-2,6pp versus 3T22). Conforme mencionado anteriormente, o início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022, maio e agosto de 2023, e o reajuste inflacionário do IPCA do ciclo da RAP 2023-2024 (+3,9%) das concessões de categoria 3, compensados pelo reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) no mesmo ciclo das para as concessões de categoria 2, maior Parcela Variável no trimestre e queda da RAP da ATE III, explicam o desempenho do EBITDA e queda da margem EBITDA na comparação anual.

No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Receita líquida	606,5	583,9	3,9%	1.837,7	1.670,1	10,0%
Custos e despesas	(104,8)	(85,8)	22,2%	(279,2)	(252,7)	10,5%
EBITDA	**501,7**	**498,1**	**0,7%**	**1.558,5**	**1.417,4**	**10,0%**
Margem EBITDA	**82,7%**	**85,3%**	**-2,6 pp**	**84,8%**	**84,9%**	**-0,1 pp**

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório nos primeiros nove meses de 2023 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).

4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T23 totalizou R$ 24,7 MM, 79,1% menor que o 3T22. Já nos primeiros nove meses de 2023, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R$ 293,5 MM, 47,1% menor que no 9M22.

Equivalência Patrimonial IFRS

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
ETAU	2,0	4,7	-56,6%	11,3	19,3	-41,8%
TBE	14,6	49,0	-70,1%	111,7	360,4	-69,0%
Aimorés	10,6	(0,9)	-	37,2	58,4	-36,4%
Paraguaçu	14,9	41,3	-63,9%	56,1	70,7	-20,7%
Ivaí	(17,5)	24,1	-	77,3	46,1	67,8%
Total Equivalência Patrimonial	**24,7**	**118,2**	**-79,1%**	**293,5**	**554,9**	**-47,1%**

A redução de 79,1% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 3T23 e o 3T22, se deve principalmente a: (i) menores investimentos em Paraguaçu em função da sua entrada em operação; (ii) redução da receita de correção monetária devido a um menor IGP-M, com impacto significativo na TBE; (iii) maiores despesas financeiras em Ivaí, pressionadas pelo maior IPCA acumulado no período, e (iv) reconhecimento da revisão tarifária em Ivaí com impacto negativo em outras receitas operacionais. Estes efeitos foram compensados em parte por contabilização da remuneração do ativo contratual das concessões Ivaí (parcial) e Paraguaçu, uma vez que entraram em operação em 2022, além do efeito inflacionário (IPCA) nos ativos das concessões de categoria 3.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T23 totalizou R$ 102,6 MM, 26,3% maior que o registrado no 3T22. Nos primeiros nove meses de 2023, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R$ 297,7 MM, 105,2% maior que o registrado no 9M22.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
ETAU	7,6	5,9	28,3%	24,4	8,1	202,7%
TBE	79,3	85,6	-7,3%	232,1	226,1	2,7%
Aimorés	10,0	4,0	152,4%	26,4	8,3	218,5%
Paraguaçu	14,4	2,4	509,7%	39,3	2,4	1519,1%
Ivaí	4,9	(3,0)	-	16,3	(59,0)	-
Resultado das Controladas	**116,2**	**94,8**	**22,5%**	**338,6**	**185,8**	**82,2%**
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	**102,6**	**81,2**	**26,3%**	**297,7**	**144,9**	**105,5%**

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T23 apresentou um aumento de R$ 21,4 MM (+26,3%) na comparação com 3T22, explicado pela (i) entrada em operação de Ivaí e Paraguaçu e (ii) reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2023-2024 (+3,9%) para as concessões de categoria 3. Estes efeitos foram compensados em parte pelo (i) reajuste negativo do IGP-M (-4,5%) no mesmo ciclo da RAP para as concessões de categoria 2, (ii) maiores despesas financeiras na concessão de Ivaí, em função do maior IPCA, e (iii) queda remanescente de 50% da RAP das concessões STC e Lumitrans.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R$ 182,5 MM no 3T23, 112,9% maior que o registrado no 3T22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R$ 182,5 MM, um aumento de 113,2% na comparação anual.

Nos primeiros nove meses de 2023 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R$ 707,5 MM, apresentando um aumento de 23,2% contra 9M22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R$ 707,2 MM, 22,8% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Receitas Financeiras	**38,0**	**54,6**	**-30,5%**	**108,4**	**124,6**	**-13,0%**
Renda de aplicação financeira	38,0	54,6	-30,5%	108,4	124,6	-13,0%
Despesas Financeiras	**(220,5)**	**(140,4)**	**57,1%**	**(815,9)**	**(699,1)**	**16,7%**
Juros incorridos	(204,4)	(165,2)	23,7%	(578,7)	(474,0)	22,1%
Variações monetárias e cambiais	(6,2)	46,7	n/a	(206,8)	(187,9)	10,0%
Ajuste ao valor justo	-	(11,2)	n/a	-	(11,2)	n/a
Arrendamento	(0,1)	(0,2)	-57,6%	(0,3)	(0,8)	-66,6%
Outras despesas/receitas financeiras	(9,8)	(10,5)	-6,8%	(30,2)	(25,3)	19,3%
Total IFRS	**(182,5)**	**(85,8)**	**112,9%**	**(707,5)**	**(574,5)**	**23,2%**

A queda anual de 30,5% nas Receitas Financeiras ocorreu em função do menor volume de caixa aplicado entre os trimestres comparados devido principalmente aos pagamentos de (i) R$ 1,3 bilhão em dividendos e JCP pagos nos últimos doze meses, (ii) R$ 871 MM de indenização de Saíra, (iii) R$ 1,05 bilhão em juros e amortização referente à 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures da Taesa, (iv) além de aportes nos empreendimentos em construção. Estes efeitos foram compensados em parte pela geração operacional de caixa, 13ª emissão e recebimento de dividendos das empresas participadas.

O crescimento de 23,7% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 12ª e 13ª emissões de debêntures e pelo aumento do IPCA entre os períodos comparados (+0,61% no 3T23 versus -1,32% no 3T22), compensados em parte pelos pagamentos de juros e amortizações acima mencionados.

O aumento anual de R$ 52,9 MM na linha de variações monetárias e cambiais é explicado basicamente pelo aumento do índice IPCA registrado na comparação anual, que é aplicado sobre a dívida indexa à inflação. Vale lembrar que no 3T22, o IPCA registrou uma deflação, impactando positivamente esta linha do resultado financeiro.

O aumento anual na linha de ajuste ao valor justo refere-se, basicamente, a liquidação antecipada da dívida 4.131 e do instrumento financeiro correspondente a esta dívida no 3T22.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma queda de 6,8% na comparação anual explicada basicamente por maior receita de atualização monetária de depósitos judiciais, compensado em parte por maiores despesas de atualizações de provisões para contingências.

4.15. Impostos

A redução de R$ 49,8 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 3T23 e 3T22 é explicada principalmente por (i) redução do lucro antes dos impostos, (ii) aumento no lucro antes dos impostos das empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido, e (iii) maior aproveitamento do benefício fiscal SUDAM/SUDENE nas empresas do grupo. A variação também recebeu, em parte, a influência do início de operação do empreendimento de Saíra, que em seu primeiro ano foi contabilizada em regime de lucro presumido, e do aumento dos impostos correntes em decorrência da alteração do regime tributário da concessão Miracema para lucro real.

R$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	**3T23**	**3T22**	**Var.%**	**9M23**	**9M22**	**Var.%**
Lucro antes do Impostos	237,7	311,0	-23,6%	913,2	1.642,7	-44,4%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(80,8)	(105,8)	-23,6%	(310,5)	(558,5)	-44,4%
Equivalência Patrimonial	8,4	40,2	-79,1%	99,8	188,7	-47,1%
SUDAM/SUDENE	8,5	(9,8)	n/a	16,9	23,5	-28,0%
JCP Pago/Recebido	73,5	67,3	9,3%	73,5	67,3	9,3%
Empresas Lucro Presumido	32,0	(4,3)	n/a	92,6	62,9	47,4%
Outros	(0,4)	3,7	n/a	0,6	(0,1)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	**41,2**	**(8,6)**	**n/a**	**(27,1)**	**(216,3)**	**-87,5%**
Alíquota Efetiva	**-17,3%**	**2,8%**	**-20,1 pp**	**3,0%**	**13,2%**	**-10,2 pp**

R$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	**3T23**	**3T22**	**Var.%**	**9M23**	**9M22**	**Var.%**
Lucro antes do Impostos	326,5	420,9	-22,4%	886,8	770,0	15,2%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(111,0)	(143,1)	-22,4%	(301,5)	(261,8)	15,2%
Equivalência Patrimonial	34,9	27,6	26,3%	101,2	49,3	105,5%
SUDAM/SUDENE	8,5	(9,8)	n/a	16,9	23,5	-28,0%
JCP Pago/Recebido	73,5	67,3	9,3%	73,5	67,3	9,3%
Empresas Lucro Presumido	(1,7)	20,6	n/a	12,5	34,6	-63,9%
Outros	(0,4)	(9,8)	-95,6%	2,6	(21,2)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	**3,7**	**(47,2)**	**n/a**	**(94,8)**	**(108,4)**	**-12,5%**
Alíquota Efetiva	**-1,1%**	**11,2%**	**-12,4 pp**	**10,7%**	**14,1%**	**-3,4 pp**

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2031	1,65%	7,60%
Brasnorte	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	(1)	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Saíra	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	"Sudam/Sudene"	100%	(2)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023[3]	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lumitrans	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"				1,65%	7,60%
Transudeste	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Transleste	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Transirapé	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

(1) O projeto se encontra em processo de solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM para obtenção do benefício.
(2) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.
(3) O projeto se encontra em processo de renovação do benefício.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R$ 278,9 MM no 3T23, apresentando uma redução de 7,8% que o registrado no 3T22. Nos primeiros nove meses de 2023, o Lucro Líquido IFRS fechou em R$ 886,1 MM, 37,9% menor que o mesmo período de 2022.

Lucro Líquido IFRS –3T23:

Lucro Líquido IFRS – 9M23:

Lucro Líquido Regulatório somou R$ 330,2 MM no 3T23, apresentando uma redução anual de 11,6%. Já no 9M23, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R$ 792,0 MM, 19,7% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 3T23:

Lucro Líquido Regulatório – 9M23:

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R$ 204,6 MM (R$ 0,59 / Unit), sendo R$ 200,5 MM (R$ 0,58 / Unit) a título de JCP e R$ 4,1 MM (R$ 0,01 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 30 de junho de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 15 de dezembro de 2023, a partir da data base de 13 de novembro de 2023.

No dia 29 de agosto, a Taesa pagou o total de R$ 313,4 MM (R$ 0,91 / Unit), segregados da seguinte forma: (i) R$ 216,2 MM (R$ 0,63 / Unit) a título de JCP e (ii) R$ 97,2 MM (R$ 0,28 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 31 de março de 2023.

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 27 de abril de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2022. O montante total de dividendos e juros sobre capital próprio aprovado sobre o resultado do exercício de 2022 foi de R$ 1,2 bilhão, dos quais: (i) R$ 354,0 MM foram pagos em 2022 a título de Dividendos Intercalares; (ii) R$ 404,8 MM foram pagos em 2022 a título de Juros sobre Capital Próprio; (iii) R$ 460,0 MM foram pagos em janeiro de 2023 a título de Dividendos Intercalares; e (iv) R$ 26,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes que foram pagos em agosto de 2023.

4.18. Endividamento

No 3T23, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R$ 10.160,7 MM, 6,5% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R$ 1.686,0 MM, registrando um aumento de 26,3% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R$ 8.474,7 MM, 3,3% maior que o 2T23.

R$ MM

Dívida Líquida	3T23	% Dív Bruta	2T23	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	**1.165,7**	**11,5%**	**816,8**	**8,6%**	**42,7%**
Taxa Fixa	1,3	0,0%	0,1	0,0%	2291,3%
CDI	193,1	1,9%	201,7	2,1%	-4,3%
IPCA	971,3	9,6%	615,1	6,4%	57,9%
Longo Prazo	**8.994,9**	**88,5%**	**8.725,0**	**91,4%**	**3,1%**
Taxa Fixa	2,4	0,0%	0,0	0,0%	26683,6%
CDI	3.175,5	31,3%	3.181,2	33,3%	-0,2%
IPCA	5.817,0	57,3%	5.543,8	58,1%	4,9%
Endividamento Total	**10.160,7**	**100,0%**	**9.541,8**	**100,0%**	**6,5%**
(-) Caixa e Aplicações*	(1.686,0)		(1.334,5)		26,3%
(=) Dívida Líquida	**8.474,7**		**8.207,3**		**3,3%**

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 3T23 a dívida bruta totalizou R$ 10.160,7 MM e o caixa R$ 1.686,0 MM, resultando em uma dívida líquida de R$ 8.474,7 MM, um aumento de 3,3% em relação ao trimestre anterior.

O aumento de 26,3% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela geração de caixa operacional, 14ª emissão de debêntures da Taesa e recebimento de dividendos das empresas participadas, compensados em parte pelo pagamento no valor total de R$ 354 milhões em juros e amortização referente à 4ª, 5ª, e 13ª emissões de debêntures da Taesa, e R$ 339,5 milhões em pagamento de dividendos.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R$ 12.443,8 MM e o caixa de R$ 2.043,5 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R$ 1.119,9 MM e caixa/aplicações de R$ 219,0 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R$ 26,8 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R$ 1.163,2 MM e caixa/aplicações de R$ 111,7 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,7x no 3T23, em linha ao valor registrado no 2T23 (3,7x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,2x no 3T23 contra 4,1x registrado no 2T23.

Dívida por Empresa (R$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R$ MM	Caixa e Equiv. R$ MM	Dívida Líquida R$ MM
TAESA	10.160,7	1.686,0	8.474,7
ETAU (75,6%)	0,0	26,8	-26,8
TBE (49,99%)	1.119,9	219,0	900,9
AIE (50%)	1.163,2	111,7	1.051,5
TOTAL	**12.443,8**	**2.043,5**	**10.400,3**

Estrutura de Capital Taesa (*Book Value*)

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R$ / mil)	Juros (R$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	665.003	32.272	IPCA + 5,10%	AAA(bra)	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	175.353	331	IPCA + 4,41%	AAA(bra)	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	695.207	8.694	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	442.216	45.657	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	261.448	5.665	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	627.728	122.385	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	386.545	5.691	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	645.919	36.707	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	113.389	2.144	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	149.275	4.348	CDI + 1,18%	AAA(bra)	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	649.275	19.090	CDI + 1,36%	AAA(bra)	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	648.825	16.685	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	301.737	8.156	IPCA + 5,75%.a.a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	321.064	8.804	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	13ª Debêntures	CDI	996.514	16.509	CDI + 1,50% a.a.	AAA.br	fev/2025	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	327.374	149	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	set/2033	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	85.522	40	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	set/2035	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	385.510	187	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	set/2038	Anual	1
	SWAP - Citibank	CDI	363.143	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	121.412	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	121.409	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	60.696	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	60.620	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	60.065	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	60.276	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	240.985	2.349	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	791.936	11.753	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	48.808	2.105	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
Saíra	Non-Deliverable Forward (NDF)	-	3.696	0	-	-	Abr/2024	Bullet	1
EATE	8ª Debêntures	CDI	134.881	3.881	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.811	7.213	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.744	3.295	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EBTE	2ª Debêntures	CDI	37.162	2.687	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.344	2.009	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.811	51.951	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	5ª Debêntures	CDI	9.538	275	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	11.552	125	2,90% a.a. + CDI	-	jul/2025	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.525	689	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.400	687	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.970	719	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	44.545	483	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	14.905	899	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ETEP	CBB Santander	CDI	40.086	435	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.936	1.803	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.394	1.049	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	280.914	5.118	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	1.883	10	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	538	44	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	429	1	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.383	83	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.940	1.948	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BDMG	pré-fix	756	58	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	1.148.229	14.951	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			**11.993.628**	**450.130**					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 9M23 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R$ 1.480,9 MM contra R$ 426,4 MM investidos no 9M22, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de cerca de R$ 1,1 bilhão entre os períodos comparados se deve principalmente à indenização paga na assinatura do contrato de Saíra e aos maiores investimentos nos projetos de Ivaí e Ananaí, compensado em parte por menores investimentos em Paraguaçu, Aimorés e ESTE em função da conclusão destes projetos.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

	Custo de Implementação (Capex)										
R$ Mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	9M23	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	-	**179.129**
Miracema		-	1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	-	**268.565**
Janaúba			-	10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	-	**974.246**
Aimorés			-	3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	37.394	-	**208.618**
Paraguaçu			-	5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	92.716	-	**363.396**
Ivaí			-	8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	131.194	248.097	**1.174.478**
ESTE			-	868	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	-	**303.380**
EDTE				-	14.635	175.155	1.837	-	-	-	**191.626**
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	118.440	105.143	**675.101**
Ananaí								-	106.917	176.387	**283.304**
Pitiguari								-	3.816	15.715	**19.530**
Tangará									-	25.065	**25.065**
Saira[1]									-	893.024	**893.024**
Novatrans[2]									-	17.425	**17.425**
Total	**2.619**	**4.751**	**22.378**	**109.195**	**208.716**	**718.306**	**1.535.184**	**975.927**	**518.958**	**1.480.855**	**5.559.464**

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. (1) O valor do 9M23 inclui o pagamento da indenização de R$ 870,6 MM à concessionária anterior. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo exatamente o valor desembolsado, portanto, não afetando a demonstração de resultado em IFRS do trimestre. (2) O valor de Novatrans são referentes aos reforços de grande porte autorizados através das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente seis empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R$ 6,8 bilhões e uma RAP de R$ 962 MM (ciclo RAP 2023-2024) e reforços relevantes na concessão Novatrans com um investimento total ANEEL de R$ 263 MM e uma RAP de R$ 45 MM. Considerando apenas a participação da Taesa nesses seis projetos, o investimento ANEEL é de R$ 5,9 bilhões com uma RAP proporcional de R$ 755 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2023-24) R$ MM	Capex ANEEL R$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	593 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	414.2	1,937	ago/17	ago/22	Em andamento (~99,5% da RAP habilitada)
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	606 km / Rio Grande do Sul	100% Taesa	80.8	610	mar/19	jul/23[(1)]	Em andamento (~94% da RAP habilitada)
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	166.2	1,750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	21.4	243	set/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	104.7	1,117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	174.4	1,175	mar/23	mar/28	Em andamento
TOTAL		**2.677 km**		**R$ 962 MM**	**R$ 6.832 MM**			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS. (1) O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaira, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Avanço físico: 99,9% em 30 de setembro de 2023.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.

- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Avanço físico: 97,9% em 30 de setembro de 2023.

Ananaí

- Constituição da empresa Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Avanço físico: 24,2% em 30 de setembro de 2023.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT Abdon Batista – Videira e LT Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Avanço físico: 14,7% em 30 de setembro de 2023.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Avanço físico: 14,1% em 30 de setembro de 2023.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 7,5% em 30 de setembro de 2023.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022 para implantar reforços nas instalações de Novatrans.
- Avanço físico: 8,9% em 30 de setembro de 2023.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Nos últimos anos, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do terceiro Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação e manutenção do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Adesão ao “Movimento Raça é Prioridade”
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 7 debêntures verdes
- Certificação Great Place to Work 2022-2023 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão pelo 3º ano seguido
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho
- Criação do Sistema de Gestão Integrado da Taesa (SGIT)

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIAP+, PcDs e Raça & Etnia.

Em 2023, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade

- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Palestras e *games* sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PcDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Programa de Mentoria 50+
- Programa de Aposentadoria Humanizada
- Curso de LIBRAS para todos os colaboradores

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2022): https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável** (PV) é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual,** a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS

R$ MM						3T23
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	PV
NOVATRANS	53,9	(32,8)	16,9	48,4	6,3	(3,9)
TSN	18,9	(12,6)	1,1	91,7	6,1	(0,9)
MUNIRAH	1,5	(1,1)	0,1	6,1	0,4	(0,3)
GTESA	0,8	(0,7)	-	0,9	2,6	(0,0)
PATESA	2,3	(2,6)	-	2,5	0,3	-
ETEO	10,1	(9,0)	-	18,3	1,5	(7,6)
NTE	13,6	(8,4)	0,0	14,9	1,7	-
STE	8,0	(7,3)	0,0	5,9	0,9	(0,0)
ATE	13,7	(13,6)	-	11,4	1,6	(0,0)
ATE II	16,6	(18,3)	0,8	25,7	2,5	(0,0)
ATE III	7,4	6,7	0,0	12,6	1,4	(0,0)
ETAU	1,9	(3,3)	-	3,7	2,4	(0,0)
BRASNORTE	6,3	0,5	-	0,8	1,2	(0,0)
SÃO GOTARDO	1,0	0,2	-	0,3	0,0	-
SÃO JOÃO	10,1	1,6	-	2,4	0,8	(0,5)
SÃO PEDRO	10,3	1,5	0,0	1,9	2,8	(0,2)
LAGOA NOVA	3,2	2,9	-	0,5	0,1	(0,0)
MARIANA	3,7	0,6	-	0,5	0,3	-
MIRACEMA	15,6	3,7	-	5,2	1,7	(0,0)
JANAÚBA	54,1	5,7	-	6,4	3,2	(0,0)
SANT'ANA	16,1	5,8	7,0	1,8	(1,0)	(3,4)
ANANAÍ	-	-	167,8	-	-	-
PITIGUARI	-	-	9,3	-	-	-
SAÍRA	21,9	20,6	(1,4)	8,8	1,2	-
TANGARÁ	-	-	29,8	-	-	-
AIMORÉS	9,7	1,3	-	2,1	0,2	-
PARAGUAÇÚ	15,0	2,0	-	2,5	0,3	0,0
IVAÍ	37,9	6,3	-	4,3	(58,0)	-
EATE	15,7	(25,1)	-	8,2	1,6	(2,4)
EBTE	4,7	1,0	-	3,2	2,4	(0,3)
ECTE	1,2	(1,8)	-	0,6	0,1	(0,1)
EDTE	9,2	1,1	-	1,5	0,0	-
ENTE	8,7	(14,2)	-	4,2	(0,7)	(0,0)
ERTE	1,6	(2,9)	-	1,5	(6,6)	-
ESDE	1,2	0,2	-	0,4	0,6	-
ESTE	13,6	1,8	-	3,2	(0,2)	-
ETEP	3,2	(4,8)	-	2,6	0,5	-
ETSE	1,0	0,2	-	0,2	0,4	(0,0)
LUMITRANS	0,8	(1,4)	-	0,6	(0,1)	-
STC	0,9	0,2	-	0,9	3,9	-
TRANSIRAPE	1,9	(2,3)	-	0,9	6,3	(0,0)
TRANSLESTE	2,7	(2,6)	-	0,7	-	-
TRANSUDESTE	1,4	(1,8)	-	0,6	-	-
Total	**421,3**	**(102,6)**	**231,2**	**309,0**	**(11,5)**	**(19,5)**

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)

Ativo Cont. 2T23 + Rem. do At. Cont. + Cor. Mon. Cont. Fin. + Rec. Imple + Rec. O&M + Outras Rec. − RAP = Ativo Cont. 3T23

Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 2T23	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 3T23
NOVATRANS	10%	1.555,9	53,9	(32,8)	16,9	48,4	6,3	(134,1)	1.648,6
TSN	11%	767,2	18,9	(12,6)	1,1	91,7	6,1	(127,1)	872,3
MUNIRAH	12%	60,9	1,5	(1,1)	0,1	6,1	0,4	(8,3)	67,9
GTESA	11%	29,4	0,8	(0,7)	-	0,9	2,6	(4,7)	33,0
PATESA	8%	124,3	2,3	(2,6)	-	2,5	0,3	(6,9)	126,8
ETEO	10%	412,7	10,1	(9,0)	-	18,3	1,5	(39,7)	433,6
NTE	15%	392,6	13,6	(8,4)	0,0	14,9	1,7	(35,1)	414,4
STE	10%	327,1	8,0	(7,3)	0,0	5,9	0,9	(19,3)	334,7
ATE	10%	610,0	13,7	(13,6)	-	11,4	1,6	(33,9)	623,1
ATE II	9%	822,6	16,6	(18,3)	0,8	25,7	2,5	(53,0)	849,8
ATE III[13]	7%	440,1	7,4	6,7	0,0	12,6	1,4	(25,2)	468,1
ETAU[3]	18%	91,5	1,9	(3,3)	-	3,7	2,4	(10,7)	96,2
BRASNORTE[3]	6%	233,9	6,3	0,5	-	0,8	1,2	(9,6)	242,7
SÃO GOTARDO[1]	5%	74,1	1,0	0,2	-	0,3	0,0	(1,8)	75,6
SÃO JOÃO[13]	6%	671,7	10,1	1,6	-	2,4	0,8	(17,0)	686,6
SÃO PEDRO[13]	6%	634,8	10,3	1,5	0,0	1,9	2,8	(18,1)	651,3
LAGOA NOVA[13]	9%	143,2	3,2	2,9	-	0,5	0,1	(4,3)	149,9
MARIANA[13]	6%	262,2	3,7	0,6	-	0,5	0,3	(5,6)	267,3
MIRACEMA[13]	9%	699,2	15,6	3,7	-	5,2	1,7	(24,8)	725,5
JANAÚBA[13]	10%	2.321,5	54,1	5,7	-	6,4	3,2	(70,1)	2.390,9
SANT'ANA[123]	9%	733,5	16,1	5,8	7,0	1,8	(1,0)	(18,60)	763,1
ANANAÍ[2]	7%	241,5	-	-	167,8	-	-	-	409,2
PITIGUARI[2]	5%	15,9	-	-	9,3	-	-	-	25,2
SAÍRA[2]	9%	909,8	21,9	20,6	(1,4)	8,8	1,2	(30,8)	961,1
TANGARÁ[2]	5%	4,8	-	-	29,8	-	-	-	34,6
AIMORÉS[1234]	8%	511,7	9,7	1,3	-	2,1	0,2	(13,9)	525,0
PARAGUAÇÚ[1234]	8%	806,3	15,0	2,0	-	2,5	0,3	(20,7)	826,1
IVAÍ[1234]	8%	2.088,7	37,9	6,3	-	4,3	(58,0)	(44,5)	2.034,7
EATE[3]	7%	1.000,2	15,7	(25,1)	-	8,2	1,6	(48,8)	951,8
EBTE[1]	4%	432,5	4,7	1,0	-	3,2	2,4	(13,4)	430,5
ECTE	6%	82,3	1,2	(1,8)	-	0,6	0,1	(4,0)	78,5
EDTE[13]	9%	424,5	9,2	1,1	-	1,5	0,0	(12,0)	424,3
ENTE	6%	610,3	8,7	(14,2)	-	4,2	(0,7)	(25,1)	583,1
ERTE	5%	128,6	1,6	(2,9)	-	1,5	(6,6)	(3,5)	118,7
ESDE[1]	7%	73,4	1,2	0,2	-	0,4	0,6	(2,4)	73,4
ESTE[13]	8%	703,7	13,6	1,8	-	3,2	(0,2)	(19,5)	702,6
ETEP	6%	213,7	3,2	(4,8)	-	2,6	0,5	(11,0)	204,2
ETSE[1]	6%	65,4	1,0	0,2	-	0,2	0,4	(1,8)	65,4
LUMITRANS	5%	63,8	0,8	(1,4)	-	0,6	(0,1)	(2,4)	61,2
STC[1]	5%	71,3	0,9	0,2	-	0,9	3,9	(3,8)	73,4
TRANSIRAPE[5]	8%	111,2	1,9	(2,3)	-	0,9	6,3	(6,2)	111,7
TRANSLESTE[5]	10%	111,1	2,7	(2,6)	-	0,7	-	(4,9)	107,1
TRANSUDESTE[5]	8%	75,8	1,4	(1,8)	-	0,6	-	(3,0)	73,1
Total		**20.154,9**	**421,3**	**(102,6)**	**231,2**	**309,0**	**(11,5)**	**(939,6)**	**20.796,2**

[1] As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

[2] em construção

[3] As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

[4] Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

[5] Alteração no saldo to Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do calculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 3T23

DRE

	IFRS			Regulatório		
R$ mil	**3T23**	**3T22**	**Var.%**	**3T23**	**3T22**	**Var.%**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	688.096	645.111	6,7%
Operação e manutenção	267.069	265.980	0,4%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	288.884	269.437	7,2%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(56.253)	(81.280)	-30,8%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	231.217	51.540	348,6%	-	-	-
Outras receitas operacionais	35.681	7.341	386,0%	343	459	-25,2%
Parcela variável	(16.792)	(2.625)	539,7%	(16.792)	(2.625)	539,7%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**749.806**	**510.393**	**46,9%**	**671.648**	**642.945**	**4,5%**
PIS e COFINS	(35.952)	(21.922)	64,0%	(37.756)	(34.401)	9,8%
ISS	(117)	(117)	0,0%	(117)	(117)	0,0%
ICMS	(116)	-	0,0%	(116)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(27.155)	(24.561)	10,6%	(27.155)	(24.561)	10,6%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(63.340)	(46.601)	35,9%	(65.144)	(59.080)	10,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**686.465**	**463.792**	**48,0%**	**606.503**	**583.866**	**3,9%**
Pessoal	(63.946)	(57.305)	11,6%	(63.946)	(57.305)	11,6%
Material	(199.814)	(97.423)	105,1%	(10.570)	(1.714)	516,8%
Serviços de terceiros	(44.650)	(20.548)	117,3%	(44.650)	(20.548)	117,3%
Outras despesas operacionais	21.325	(4.132)	-	14.372	(6.223)	-
Custos e Despesas	**(287.084)**	**(179.408)**	**60,0%**	**(104.793)**	**(85.790)**	**22,2%**
Depreciação e amortização	(3.769)	(5.768)	-34,7%	(95.318)	(72.818)	30,9%
Custos, Despesas e D&A	**(290.854)**	**(185.176)**	**57,1%**	**(200.111)**	**(158.607)**	**26,2%**
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**395.612**	**278.617**	**42,0%**	**406.392**	**425.258**	**-4,4%**
Resultado de equivalência patrimonial	24.669	118.182	-79,1%	102.573	81.189	26,3%
Renda de aplicação financeira	37.977	54.640	-30,5%	37.977	54.640	-30,5%
Despesas financeiras	(220.522)	(140.399)	57,1%	(220.447)	(140.223)	57,2%
Empréstimos e financiamentos	(22.540)	(1.187)	1798,6%	(22.540)	(1.187)	1798,6%
- Juros incorridos	(6.539)	(4.279)	52,8%	(6.539)	(4.279)	52,8%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(13.237)	(10.198)	29,8%	(13.237)	(10.198)	29,8%
- Ajuste ao valor justo	(2.765)	13.290	-	(2.765)	13.290	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.478	(11.361)	-	13.478	(11.361)	-
- Juros incorridos	1.173	2.913	-59,7%	1.173	2.913	-59,7%
- Variação cambial	9.541	10.198	-6,4%	9.541	10.198	-6,4%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	2.765	(24.473)	-	2.765	(24.473)	-
Debêntures	(201.566)	(117.140)	72,1%	(201.566)	(117.140)	72,1%
- Juros incorridos	(199.055)	(163.831)	21,5%	(199.055)	(163.831)	21,5%
- Variações monetárias	(2.511)	46.692	-	(2.511)	46.692	-
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(75)	(176)	-57,6%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(9.819)	(10.535)	-6,8%	(9.819)	(10.535)	-6,8%
Resultado financeiro	**(182.545)**	**(85.759)**	**112,9%**	**(182.470)**	**(85.582)**	**113,2%**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**237.736**	**311.040**	**-23,6%**	**326.496**	**420.865**	**-22,4%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	41.206	(8.586)	-	3.741	(47.182)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**278.942**	**302.454**	**-7,8%**	**330.236**	**373.682**	**-11,6%**
EBITDA	**399.381**	**284.384**	**40,4%**	**501.710**	**498.076**	**0,7%**
Margem EBITDA	**58,2%**	**61,3%**	**-3,1 pp**	**82,7%**	**85,3%**	**-2,6 pp**

5.4. DRE 9M23

DRE

	IFRS			Regulatório		
R$ mil	9M23	9M22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	2.024.780	1.865.156	8,6%
Operação e manutenção	809.989	745.743	8,6%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	845.036	787.516	7,3%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	51.324	598.259	-91,4%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	491.325	147.544	233,0%	-	-	-
Outras receitas operacionais	52.536	37.230	41,1%	941	849	10,8%
Parcela variável	661	(30.291)	-	661	(30.291)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.250.871**	**2.286.001**	**-1,5%**	**2.026.382**	**1.835.714**	**10,4%**
PIS e COFINS	(116.591)	(115.136)	1,3%	(112.379)	(101.942)	10,2%
ISS	(349)	(326)	7,2%	(349)	(326)	7,2%
ICMS	(134)	(21)	531,5%	(134)	(21)	531,5%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(75.813)	(63.358)	19,7%	(75.813)	(63.358)	19,7%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(192.887)	(178.841)	7,9%	(188.674)	(165.647)	13,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.057.984**	**2.107.160**	**-2,3%**	**1.837.708**	**1.670.067**	**10,0%**
Pessoal	(178.735)	(155.784)	14,7%	(178.735)	(155.784)	14,7%
Material	(446.454)	(185.012)	141,3%	(14.368)	(4.147)	246,5%
Serviços de terceiros	(93.312)	(64.628)	44,4%	(93.312)	(64.628)	44,4%
Outras despesas operacionais	502	(19.729)	-	7.222	(28.126)	-
Custos e Despesas	**(717.999)**	**(425.152)**	**68,9%**	**(279.193)**	**(252.684)**	**10,5%**
Depreciação e amortização	(12.794)	(19.705)	-35,1%	(262.143)	(216.254)	21,2%
Custos, Despesas e D&A	**(730.793)**	**(444.857)**	**64,3%**	**(541.336)**	**(468.938)**	**15,4%**
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**1.327.191**	**1.662.302**	**-20,2%**	**1.296.372**	**1.201.129**	**7,9%**
Resultado de equivalência patrimonial	293.531	554.919	-47,1%	297.680	144.876	105,5%
Renda de aplicação financeira	108.429	124.595	-13,0%	108.429	124.595	-13,0%
Despesas financeiras	(815.944)	(699.109)	16,7%	(815.677)	(700.641)	16,4%
Empréstimos e financiamentos	(2.800)	38.286	-	(2.800)	38.286	-
- Juros incorridos	(20.146)	(11.368)	77,2%	(20.146)	(11.368)	77,2%
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%
- Variação cambial	11.914	30.915	-61,5%	11.914	30.915	-61,5%
- Ajuste ao valor justo	5.431	18.739	-71,0%	5.431	18.739	-71,0%
Instrumentos financeiros derivativos	(14.715)	(74.965)	-80,4%	(14.715)	(74.965)	-80,4%
- Juros incorridos	6.327	(14.129)	-	6.327	(14.129)	-
- Variação cambial	(15.610)	(30.915)	-49,5%	(15.610)	(30.915)	-49,5%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(5.431)	(29.922)	-81,8%	(5.431)	(29.922)	-81,8%
Debêntures	(768.003)	(636.351)	20,7%	(768.003)	(636.351)	20,7%
- Juros incorridos	(564.923)	(448.458)	26,0%	(564.923)	(448.458)	26,0%
- Variações monetárias	(203.080)	(187.893)	8,1%	(203.080)	(187.893)	8,1%
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(268)	(801)	-66,6%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(30.159)	(25.278)	19,3%	(30.159)	(27.611)	9,2%
Resultado financeiro	**(707.515)**	**(574.514)**	**23,2%**	**(707.247)**	**(576.046)**	**22,8%**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**913.208**	**1.642.707**	**-44,4%**	**886.805**	**769.959**	**15,2%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.068)	(216.308)	-87,5%	(94.761)	(108.358)	-12,5%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**886.140**	**1.426.399**	**-37,9%**	**792.044**	**661.601**	**19,7%**
EBITDA	**1.339.985**	**1.682.007**	**-20,3%**	**1.558.515**	**1.417.383**	**10,0%**
Margem EBITDA	**65,1%**	**79,8%**	**-14,7 pp**	**84,8%**	**84,9%**	**-0,1 pp**

5.5. DRE IFRS 3T23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.692	29.348	2.112	2.466	4.310
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.945	67.827	9.689	15.032	37.932
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(3.335)	(50.638)	1.278	2.004	6.318
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.389	5.967	206	308	(47.680)
Parcela variável	(1)	(2.753)	-	0	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**4.689**	**49.751**	**13.285**	**19.811**	**881**
PIS e COFINS	(204)	(3.954)	(1.219)	(1.735)	(4.492)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(506)	(5.386)	(179)	(309)	(579)
Deduções da receita operacional bruta	**(709)**	**(9.340)**	**(1.398)**	**(2.043)**	**(5.071)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.979**	**40.411**	**11.887**	**17.768**	**(4.190)**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(763)	(7.039)	(315)	(706)	(305)
Material	(854)	(568)	(4)	(667)	(3)
Serviços de terceiros	(568)	(6.708)	(171)	(176)	(2.335)
Outras despesas operacionais	(36)	(1.349)	(24)	(24)	(165)
Custos e Despesas	**(2.221)**	**(15.665)**	**(515)**	**(1.573)**	**(2.808)**
Depreciação e amortização	9	9	**(5)**	(4)	(22)
Custos, Despesas e D&A	**(2.212)**	**(15.656)**	**(519)**	**(1.577)**	**(2.829)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**1.768**	**24.755**	**11.368**	**16.190**	**(7.020)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	691	4.734	585	1.130	3.781
Despesas financeiras	(28)	(31.784)	(42)	(67)	(19.097)
Resultado financeiro	**663**	**(27.050)**	**542**	**1.063**	**(15.316)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.430**	**(2.295)**	**11.911**	**17.253**	**(22.335)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(404)	16.936	(1.345)	(2.345)	4.863
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2.026**	**14.641**	**10.566**	**14.908**	**(17.473)**
EBITDA	**1.758**	**24.747**	**11.373**	**16.194**	**(6.998)**
Margem EBITDA	**44,2%**	**61,2%**	**95,7%**	**91,1%**	**167,0%**

5.6. DRE IFRS 9M23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	11.421	88.658	6.177	7.212	17.891
Remuneração do ativo contratual de concessão	6.068	207.967	28.802	44.688	111.077
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(6.361)	(42.738)	18.610	29.175	36.111
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	3.153	-	-	250.774
Outras receitas operacionais	7.941	10.279	245	324	(47.680)
Parcela variável	(145)	(4.877)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**18.924**	**262.443**	**53.834**	**81.154**	**368.173**
PIS e COFINS	(897)	(18.545)	(5.087)	(7.558)	(38.466)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.206)	(16.380)	(508)	(658)	(1.390)
Deduções da receita operacional bruta	**(2.103)**	**(34.926)**	**(5.595)**	**(8.216)**	**(39.856)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16.821**	**227.517**	**48.239**	**72.937**	**328.317**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.321)	(21.409)	(942)	(1.935)	(1.445)
Material	(2.133)	(1.655)	(18)	(905)	(124.075)
Serviços de terceiros	(1.295)	(15.658)	(469)	(572)	(5.528)
Outras despesas operacionais	(81)	(3.871)	(112)	(142)	(537)
Custos e despesas	**(5.831)**	**(42.593)**	**(1.540)**	**(3.554)**	**(131.585)**
Depreciação e amortização	(40)	(339)	(19)	(33)	(81)
Custos, Despesas e D&A	**(5.870)**	**(42.931)**	**(1.560)**	**(3.587)**	**(131.666)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**10.951**	**184.586**	**46.679**	**69.351**	**196.650**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.486	13.298	1.993	2.833	9.872
Despesas financeiras	(66)	(107.491)	(164)	(163)	(87.064)
Resultado financeiro	**1.420**	**(94.193)**	**1.829**	**2.669**	**(77.192)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**12.371**	**90.392**	**48.508**	**72.020**	**119.458**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.112)	21.306	(11.349)	(15.938)	(42.125)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**11.259**	**111.698**	**37.159**	**56.083**	**77.333**
EBITDA	**10.991**	**184.925**	**46.698**	**69.384**	**196.732**
Margem EBITDA	**65,3%**	**81,3%**	**96,8%**	**95,1%**	**59,9%**

5.7. DRE Regulatório 3T23 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	10.699	161.616	13.896	20.740	44.090
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(1)	(2.753)	-	0	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**10.698**	**158.863**	**13.896**	**20.740**	**44.090**
PIS e COFINS	(429)	(8.393)	(1.281)	(1.837)	(5.000)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(506)	(5.386)	(179)	(309)	(393)
Deduções da receita operacional bruta	(935)	(13.779)	(1.460)	(2.145)	(5.000)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.763**	**145.084**	**12.436**	**18.595**	**39.090**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(763)	(7.039)	(315)	(706)	(1.000)
Material	(39)	(287)	(4)	3	(48)
Serviços de terceiros	(568)	(6.708)	(171)	(176)	(1.500)
Outras despesas operacionais	(36)	(1.349)	(24)	(24)	(219)
Custos e Despesas	**(1.407)**	**(15.384)**	**(515)**	**(903)**	**(2.767)**
Depreciação e amortização	(875)	(14.196)	(1.353)	(2.292)	(10.212)
Custos, Despesas e D&A	**(2.282)**	**(29.579)**	**(1.868)**	**(3.195)**	**(12.978)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**7.481**	**115.505**	**10.568**	**15.400**	**26.112**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	691	4.734	585	1.130	3.781
Despesas financeiras	(28)	(31.784)	(42)	(67)	(19.003)
Resultado financeiro	**663**	**(27.050)**	**542**	**1.063**	**(15.222)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**8.144**	**88.455**	**11.111**	**16.464**	**10.889**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(589)	(9.136)	(1.073)	(2.077)	(6.019)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**7.555**	**79.320**	**10.038**	**14.387**	**4.870**
EBITDA	**8.356**	**129.701**	**11.921**	**17.693**	**36.324**
Margem EBITDA	**85,6%**	**89,4%**	**95,9%**	**95,1%**	**92,9%**

5.8. DRE Regulatório 9M23 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	33.650	485.251	40.277	60.074	135.323
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(145)	(4.877)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**33.505**	**480.374**	**40.277**	**59.829**	**135.323**
PIS e COFINS	(1.269)	(25.054)	(3.849)	(5.632)	(13.053)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.206)	(16.380)	(508)	(658)	(1.390)
Deduções da receita operacional bruta	**(2.475)**	**(41.435)**	**(4.357)**	**(6.291)**	**(14.443)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**31.030**	**438.939**	**35.920**	**53.538**	**120.880**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(2.321)	(21.409)	(942)	(1.935)	(1.445)
Material	(59)	(902)	(18)	(24)	(27)
Serviços de terceiros	(1.295)	(15.658)	(469)	(572)	(5.528)
Outras despesas operacionais	(141)	(3.841)	(112)	(142)	(537)
Custos e despesas	**(3.817)**	**(41.810)**	**(1.540)**	**(2.673)**	**(7.536)**
Depreciação e amortização	(2.626)	(44.920)	(4.065)	(6.897)	(10.286)
Custos, Despesas e D&A	**(6.443)**	**(86.730)**	**(5.606)**	**(9.570)**	**(17.822)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**24.587**	**352.210**	**30.314**	**43.968**	**103.058**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.486	13.298	1.993	2.833	9.872
Despesas financeiras	(65)	(107.491)	(164)	(163)	(87.064)
Resultado financeiro	**1.421**	**(94.193)**	**1.829**	**2.669**	**(77.192)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**26.007**	**258.016**	**32.143**	**46.637**	**25.865**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.561)	(25.873)	(5.785)	(7.307)	(9.522)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**24.446**	**232.143**	**26.358**	**39.330**	**16.343**
EBITDA	**27.213**	**397.130**	**34.379**	**50.865**	**113.343**
Margem EBITDA	**87,7%**	**90,5%**	**95,7%**	**95,0%**	**93,8%**

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Lucro Líquido	258,5	302,5	-14,5%	865,7	1.426,4	-39,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(51,7)	8,6	-702,5%	16,5	216,3	-92,4%
Despesas Financeiras Líquidas	213,5	85,8	149,0%	738,5	574,5	28,5%
Depreciação e Amortização	3,8	5,8	-34,7%	12,8	19,7	-35,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(24,7)	(118,2)	-79,1%	(293,5)	(554,9)	-47,1%
EBITDA	**399,4**	**284,4**	**40,4%**	**1.340,0**	**1.682,0**	**-20,3%**
Margem EBITDA	**58,2%**	**61,3%**	**-3,1 pp**	**65,1%**	**79,8%**	**-14,7 pp**

Reconciliação EBITDA Regulatório

R$ MM	3T23	3T22	Var.%	9M23	9M22	Var.%
Lucro Líquido	309,8	373,7	-17,1%	771,6	661,6	16,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14,3)	47,2	-130,2%	84,2	108,4	-22,3%
Despesas Financeiras Líquidas	213,4	85,6	149,4%	738,2	576,0	28,2%
Depreciação e Amortização	95,3	72,8	30,9%	262,1	216,3	21,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(102,6)	(81,2)	26,3%	(297,7)	(144,9)	105,5%
EBITDA	**501,7**	**498,1**	**0,7%**	**1.558,5**	**1.417,4**	**10,0%**
Margem EBITDA	**82,7%**	**85,3%**	**-2,6 pp**	**84,8%**	**84,9%**	**-0,1 pp**

Reconciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R$ mil	9M23
EBITDA IFRS	**1.339.985**
(-) Correção monetária - IFRS 15 (CPC 47)	(51.324)
(-) Receita de construção - IFRS 15 (CPC 47)	(491.325)
(-) Receita financeira - IFRS 15 (CPC 47)	(845.036)
(+) Amortização do ativo de contrato	1.163.196
(+/-) PIS/COFINS diferidos	4.213
(+) CAPEX operacional	432.086
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	10.180
(+/-) Outros efeitos societários	(3.460)
EBITDA Regulatório	**1.558.515**

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

R$ mil	3T23 IFRS	Ajustes	3T23 Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.674.800	-	1.674.800
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	364.385	-	364.385
Ativo contratual de concessão	1.461.211	1.461.211	-
Impostos e contribuições sociais	285.154	-	285.154
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	230.348	-	230.348
Estoque	16.871	-	16.871
Outras contas a receber	185.061	-	185.061
Total do Ativo Circulante	**4.217.841**	**1.461.211**	**2.756.630**
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	11.211	-	11.211
Ativo contratual de concessão	11.099.316	11.099.316	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	11.143	(11.003)	22.146
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.514.893	2.235.118	1.279.775
Clientes	44.772	-	44.772
Depósitos judiciais	114.539	-	114.539
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras contas a receber	30.547	-	30.547
Imobilizado	224.751	(7.300.059)	7.524.810
Intangível	151.271	(344.949)	496.220
Direito de uso	2.606	2.606	-
Total do Ativo Não Circulante	**15.205.049**	**5.681.029**	**9.524.020**
Total do Ativo	**19.422.890**	**7.142.240**	**12.280.650**
Passivos			
Fornecedores	158.594	-	158.594
Impostos e contribuições sociais	55.374	-	55.374
Empréstimos e financiamentos	5.636	-	5.636
Debêntures	1.158.854	-	1.158.854
Passivo de arrendamento	1.756	1.756	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.298	-	1.298
Dividendos e JCP a pagar	71	-	71
Taxas regulamentares	58.025	-	58.025
Outras contas a pagar	114.731	28.915	85.816
Total do Passivo Circulante	**1.554.339**	**30.671**	**1.523.668**
Empréstimos e financiamentos	400.439	-	400.439
Debêntures	8.499.588	-	8.499.588
Passivo de arrendamento	1.467	1.467	-
Instrumentos financeiros derivativos	94.908	-	94.908
Impostos e contribuições diferidos	1.362.407	1.210.331	152.076
Tributos diferidos	670.438	670.438	-
Provisão para contingências	123.412	2.594	120.818
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(19.561)	19.561
Fornecedores	4.071	-	4.071
Outras contas a pagar	59.462	-	59.462
Total do Passivo Não Circulante	**11.216.225**	**1.865.302**	**9.350.923**
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)		(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.459.295	-	2.459.295
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(20.440)	-	(20.440)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(313.440)	-	(313.440)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	5.147.942	(5.147.942)
Resultado do período	886.140	94.096	792.044
Atribuído a participação dos acionistas controladores	**6.652.326**	**5.246.267**	**1.406.059**
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	**6.652.326**	**5.246.267**	**1.406.059**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**19.422.890**	**7.142.240**	**12.280.650**

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

R$ mil	9M23 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	**886.140**
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(293.532)
Depreciação e amortização	10.473
Amortização de direito de uso	2.321
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.005
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(933)
Custo Implementação - provisão fornecedores	364.713
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	2.801
Juros e variações monetárias sobre debêntures	768.003
Juros passivo de arrendamento	268
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	14.714
Imposto de renda e contribuição social correntes	45.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.540)
Tributos diferidos	4.213
Remuneração do ativo contratual de concessão	(845.036)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(51.324)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(491.325)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(10.188)
Despesa de atualização monetária de contingências	16.586
Provisão (Reversão) para parcela variável	(22.394)
	385.573
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(151.215)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	279.121
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(1.316)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	(10.530)
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(127.515)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(353.039)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(4.043)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	52.759
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	287.681
	(28.097)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**357.476**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.154)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**289.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	19
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(50.630)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	**(50.611)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.601)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(24.384)
Captação de debêntures	1.792.513
Pagamento de debêntures - principal	(189.006)
Pagamento de debêntures - juros	(430.721)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(28.683)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	18.345
Pagamento de passivo de arrendamento	(3.461)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(787.617)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	10.530
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	**352.915**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**591.626**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083.174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.674.800
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**591.626**

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

R$ mil	9M23 Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	**792.044**
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(297.681)
Depreciação e amortização	262.144
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.005
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(933)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	2.801
Juros e variações monetárias sobre debêntures	768.003
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	14.714
Imposto de renda e contribuição social correntes	45.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.153
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(10.188)
Despesa de atualização monetária de contingências	16.586
Provisão (Reversão) para parcela variável	(22.394)
	1.622.862
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(151.215)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(1.316)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	(10.530)
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(127.515)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	11.674
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(4.043)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	29.129
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	287.681
	33.865
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.656.727**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.154)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.588.573**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	19
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.353.342)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	**(1.353.323)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.601)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(24.384)
Captação de debêntures	1.792.513
Pagamento de debêntures - principal	(189.006)
Pagamento de debêntures - juros	(430.721)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(28.683)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	18.345
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(787.617)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	10.530
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	**356.376**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**591.626**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083.174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.674.800
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**591.626**

Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato Regulatório, para permitir a comparação com outros exercícios. Vale ressaltar que os resultados Regulatório não são auditados. A declaração de dividendos da Taesa é feita com base nos resultados auditados (IFRS).

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A "dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.